

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 451.842 - RS (2018/0125733-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CARLOS ALESSANDRO NUNES SEVERINO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DEFERIMENTO DE PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMIABERTO. FALTA DE REMOÇÃO DO PACIENTE AO ESTABELECIMENTO ADEQUADO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE VAGAS NO REGIME. IMEDIATA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PRÉVIA OBSERVÂNCIA AOS PARÂMETROS TRAÇADOS NO RE N.º 641.320/RS E NO RESP REPETITIVO N.º 1.710.674/MG. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CARLOS ALESSANDRO NUNES SEVERINO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferido no Agravo em Execução Penal n.º 0044109-65.2018.8.21.7000.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais deferiu a progressão ao regime semiaberto ao Paciente e, na mesma oportunidade, em razão da falta de vagas na unidade prisional, o transferiu ao regime domiciliar mediante monitoramento eletrônico (fls. 98-100).

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução. O Tribunal estadual deu provimento ao recurso ministerial para cassar a decisão de primeiro grau e determinar o "*imediato recolhimento do apenado CARLOS ALESSANDRO NUNES SEVERINO a estabelecimento carcerário compatível com o seu regime, devendo o Juízo da Execução, caso necessário, deferir a saída antecipada a outro apenado em melhores condições*" (fl. 131).

Neste *writ*, a Impetrante alega, em suma, que, com base no enunciado da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula Vinculante n.º 56/STF, o Paciente faz jus à concessão de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

Assevera que:

"[...] diante da inexistência de estabelecimentos prisionais aptos a oferecer vagas e condições adequadas para o cumprimento da pena, de acordo com o que determina a lei, não pode o Poder Judiciário simplesmente manter o apenado em condições que sabidamente são intensamente degradantes de sua psique e integridade física, posto que traduz-se em medida violadora de diversos princípios constitucionais e normas de direito internacional atinentes aos direitos humanos, situação que inegavelmente enseja excesso de execução" (fl. 7).

Requer, em liminar e no mérito, seja restabelecida a *"decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Porto Alegre/RS, especialmente para o fim de que o paciente seja reincluído no sistema de monitoramento eletrônico e possa cumprir a pena de acordo com as demais condições estabelecidas"* (fl. 9).

O pedido liminar foi indeferido pela Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, então Relatora (fls. 144-147).

Foram prestadas informações às fls. 164-166, 168-172 e 185-217.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 176-181, opinando pelo *"não conhecimento do presente habeas corpus e, se conhecido, pelo seu indeferimento"*.

É o relatório.

Decido.

O Juízo das execuções penais transferiu o Paciente ao regime domiciliar com monitoramento eletrônico com base na seguinte fundamentação (fls. 98-99):

"Diante do advento da Lei nº 10.792/2003, que conferiu nova redação ao artigo 112 da Lei de Execuções Penais, e por estarem preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo necessários à progressão de regime carcerário, este último devidamente comprovado pelos documentos acostados, defiro ao apenado a progressão de regime ao semiaberto.

Conforme se infere da informação encaminhada pela Divisão de Controle Legal da SUSEPE, atualizada diariamente (em anexo), o sistema prisional carece de 1450 vagas no regime semiaberto da Região Metropolitana - jurisdicionada pela VEC/POA.

A questão da ausência de vagas no regime semiaberto foi enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 641320, tema objeto de repercussão geral, ocasião em que foi admitida, nessa hipótese, a inclusão do apenado no sistema de monitoramento eletrônico, enquanto aguarda vaga no

Superior Tribunal de Justiça

estabelecimento prisional adequado.

Nesse contexto, sem outra alternativa, determino que o apenado seja liberado da casa prisional em que se encontra, em permissão especial de saída, pelo prazo de cinco dias úteis, salvo se por outro motivo estiver recolhido no regime fechado/período no qual deverá apresentar-se à SUSEPE (endereço: Rua Voluntários da Pátria, nº 1358, 4º andar, Centro, Porto Alegre/RS) quando então deverá ser encaminhado pela administração penitenciária a casa prisional compatível com o atual regime de cumprimento de pena.

Oficie-se à SUSEPE, devendo constar que caso o condenado não se apresente nestes cinco dias, contados da sua soltura, deverá ser registrado como foragido, com imediata comunicação a este juízo.

Na liberação, o Diretor da casa prisional deverá cientificar, expressamente, o preso das condições fixadas, bem como de que será considerado foragido na hipótese de não apresentação no prazo, colhendo a sua ciência, com posterior remessa a esta vara.

Outrossim, com a apresentação do apenado à SUSEPE, após o término da permissão de saída, persistindo a inexistência de vagas no regime semiaberto, deverá ser imediatamente incluído no sistema de monitoramento eletrônico (tornozeleira eletrônica), mediante o cumprimento das condições a seguir:

- a) Não poderá o apenado se afastar de sua residência no período compreendido entre 19h e 07h;*
- b) Não poderá o apenado se envolver em novo delito;*
- c) A zona de inclusão do monitoramento eletrônico será de até três quadras da residência do apenado, não podendo dela desviar, sob pena de transferência para o regime fechado por até 90 dias (Provimento 01/2009 da VEC/POA);*
- d) O rompimento ou danificação do equipamento (tornozeleira) ensejará a regressão de regime, o que obstará nova inclusão no sistema de monitoramento eletrônico.*
- e) O monitoramento terá duas rotas de locomoção, permitindo dois deslocamentos semanais, sendo uma para SUSEPE e outra para a VEC;*
- f) Os dias de saídas temporárias serão informados pelo apenado antecipadamente à SUSEPE, lapsos em que a zona de inclusão será ampliada para a do município;"*

O Colegiado de origem expôs as seguintes razões ao dar provimento ao recurso ministerial e cassar a decisão de primeira instância (fls. 128-131, sem grifos no original):

"[...] Não obstante o meu posicionamento pessoal sobre a temática, curvo-me ao entendimento sedimentado pela Súmula Vinculante no 56, editada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu que 'a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso,

Superior Tribunal de Justiça

devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS', no qual restou estabelecida, inclusive, a possibilidade de concessão, em determinados casos, da prisão domiciliar especial mediante o monitoramento eletrônico.

No julgamento do suprarreferido Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, realizou-se um amplo diagnóstico da execução penal nos regimes semiaberto e aberto, no qual se ressaltou o grande déficit de vagas existente nestes regimes - aproximadamente 210.000 em âmbito nacional. O levantamento do CNJ - Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil¹, referente a junho de 2014, indicou que, no Rio Grande do Sul, o total de presos (população carcerária, englobando os segregados definitivos e provisórios, somados aos presos em cumprimento de prisão domiciliar) alcançava 30.513, enquanto a capacidade era de 21.063; representando, portanto, um déficit de 9.450 vagas no âmbito estadual.

Diante deste cenário, e por compreender que a manutenção de apenados em regime mais gravoso representaria violação às garantias constitucionais da individualização da pena (art. 5º, inc. XLVI) e da legalidade (art. 5º, inc. XXXIX), e que alguma medida imediata deveria ser adotada (a despeito da cobrança por soluções mais efetivas e permanentes), passou o Eminente Ministro Gilmar Mendes, em seu voto, a sugerir providências a serem adotadas especialmente pelo juízo das Execuções Penais.

Utilizando-se da premissa de que as vagas nos regimes semiaberto e aberto são insuficientes (e não inexistentes), ou seja, de que 'a falta de vaga decorre do fato de que já há um sentenciado ocupando a vaga', a principal alternativa apresentada é de 'antecipar a saída dos sentenciados que já estão no regime de destino, abrindo vaga para aquele que acaba de progredir', é a denominada saída antecipada.

A medida busca salvaguardar a observância de um sistema minimamente progressivo da execução criminal, mediante a reinserção gradual do reeducando ao convívio em sociedade, oportunizando a análise da sua efetiva capacidade de adaptação à fase mais branda do cumprimento da pena.

A adoção da saída antecipada, frisa-se, é uma solução alternativa e excepcional à insuficiência de vagas, mantendo-se, como regra, o cumprimento da pena em estabelecimento adequado ao regime imposto ao reeducando. Portanto, por não ser um direito do condenado, conforme bem destacado pelo Ministro Gilmar Mendes, o deferimento da saída antecipada e a concessão da prisão domiciliar a alguns apenados não confere a outros a prerrogativa de receber o mesmo tratamento em nome da isonomia.

Com a saída antecipada, propõe-se, então, que certos reeducandos do regime semiaberto sejam colocados em liberdade eletronicamente monitorada, enquanto aqueles do regime aberto tenham a corporal substituída por penas alternativas ou estudo.

Para a seleção dos apenados que poderão ser beneficiados com a medida, imperativa a eleição de critérios a fim de estabelecer uma

Superior Tribunal de Justiça

uniformidade mínima de tratamento, bem como resguardar os interesses da sociedade na manutenção da segurança pública.

Em sendo assim, a meu ver, seriam dois os principais requisitos a serem observados: i) o quantitativo de pena restante a ser cumprida e ii) a periculosidade do apenado, a ser revelada não só pela gravidade dos delito(s) pelo(s) qual(is) foi condenado, mas também pela análise do seu histórico carcerário.

No que se refere ao requisito objetivo, ressalto, no ponto, que no julgamento do Recurso Extraordinário o parâmetro sugerido foi o sentenciado que 'está mais próximo de satisfazer o requisito objetivo' da progressão de regime. No entanto, ante as atuais limitações estruturais e a inexistência de ferramenta adequada para realizar tal exame, a adoção de parâmetro relacionado ao quantitativo de pena restante a ser cumprida parece-me o mais razoável.

No caso concreto, contudo, a situação não se enquadra nas possibilidades de flexibilização, tendo em consideração critérios de necessidade e suficiência.

Carlos Alessandro restou condenado pela prática de crimes graves - roubos triplamente majorados (3x), dano ao patrimônio público e resistência (078/2130000527-1), e também por receptação (008/211000350-4), a uma pena total de 24 anos e 15 dias de reclusão, da qual cumpriu apenas pouco mais de quatro anos. Desse modo, resta ao apenado cumprir ainda mais de 19 anos de pena, cujo término é previsto para 19.04.2037, com livramento condicional previsto apenas para 11.04.2021.

Ainda, ademais da gravidade concreta dos crimes imputados e do elevado saldo de pena a cumprir, em consulta à guia de execução atualizada obtida junto ao sistema informatizado desta Corte, verifiquei que, em data superveniente a decisão impugnada, o apenado empreendeu fuga, em 18.07.2017, com recaptura no dia 07.08.2017. Nesse contexto, deverá o Juiz da execução, que está mais próximo da realidade carcerária de cada região, eleger outro apenado que ostente melhores condições objetivas e subjetivas para gozar do benefício da saída antecipada, desocupando, com isso, uma vaga no estabelecimento prisional.

Diante do exposto, voto no sentido de dar provimento ao agravo em execução para cassar a decisão impugnada e determinar o imediato recolhimento do apenado CARLOS ALESSANDRO NUNES SEVERINO a estabelecimento carcerário compatível com o seu regime, devendo o Juízo da Execução, caso necessário, deferir a saída antecipada a outro apenado em melhores condições."

A Súmula Vinculante n.º 56/STF dispõe que "[a] falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar nessa hipótese os parâmetros fixados no RE 641.320." (sem grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

No caso de déficit de vagas no regime imposto, a Suprema Corte, no julgamento do RE n.º 641.320/RS, determinou que devem ser observadas as seguintes providências:

- (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas;
- (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas;
- (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto.

Diante dos parâmetros fixados no RE n.º 641.320, esta Corte Superior de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo n.º 1.710.674/MG, firmou a tese de que a inexistência de vaga em estabelecimento prisional adequado **não autoriza a imediata colocação do apenado em prisão domiciliar**, sendo imprescindível que tal medida seja precedida das providências acima mencionadas, de modo a ensejar a abertura de vagas para os reeducandos que acabaram de ingressar no regime – medidas que não foram observadas pelo Juízo das Execuções Penais.

Confira-se, por oportuno, a ementa do referido julgado:

"RECURSO ESPECIAL. PROPOSTA DE JULGAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. EXECUÇÃO PENAL. DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR, QUANDO INEXISTENTE VAGA NO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA ADEQUADO AO EXECUTADO OU ESTABELECIMENTO PRISIONAL COMPATÍVEL COM O PREVISTO EM LEI. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 117 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAS. APLICAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO ESTABELECIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RE 641.320/RS.

1. Recurso representativo de controvérsia, para atender ao disposto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e na Resolução STJ n. 8/2008.

2. Delimitação da controvérsia: '(im)possibilidade de concessão da prisão domiciliar, como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS'.

*3. TESE: A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena **não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar**, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante n.º 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n.º 641.320/RS, quais sejam: (i) **saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir**; (ii) **a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente***

Superior Tribunal de Justiça

ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto.

4. Ao examinar a questão do cumprimento de pena em regime fechado, na hipótese de não existir vaga em estabelecimento adequado ao regime em que está efetivamente enquadrado o reeducando, por ocasião do julgamento do RE 641.320/RS, o Supremo Tribunal Federal assentou que 'A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso' e que 'Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes.' São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como 'colônia agrícola, industrial' (regime semiaberto) ou 'casa de albergado ou estabelecimento adequado' (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas 'b' e 'c)'). Concluiu, ainda, que, na ausência de vagas ou estabelecimento prisional adequado na localidade, o julgador deve buscar aplicar as seguintes alternativas, em ordem de preferência: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Observou, entretanto, que, até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado e que a adoção de uma solução alternativa não é um direito do condenado.

5. Somente se considera a utilização da prisão domiciliar pouco efetiva, como alternativa à ausência de vagas no regime adequado, quando ela restringe totalmente o direito do executado de deixar a residência, não permitindo, assim, o exercício de trabalho externo, ou quando, estando o reeducando no regime aberto, a prisão domiciliar puder ser substituída pelo cumprimento de penas alternativas e/ou estudo. Não há óbices à concessão de prisão domiciliar com monitoração eletrônica ao sentenciado em regime semiaberto, quando não há vagas no regime específico ou quando não há estabelecimento prisional adequado ou similar na localidade em que cumpre pena.

6. Não há ilegalidade na imposição da prisão domiciliar, mesmo a pura e simples em que o executado não tem direito de deixar a residência em momento algum, em hipóteses não elencadas no art. 117 da Lei de Execuções Penais, máxime quando não houver vagas suficientes para acomodar o preso no regime de cumprimento de pena adequado, tampouco estabelecimento prisional similar, e não for possível, no caso concreto, a aplicação de uma das hipóteses propostas no RE n. 641.320/RS.

7. CASO CONCRETO: Situação em que o reeducando cumpria pena em regime semiaberto e obtivera, do Tribunal de Justiça, o direito de cumpri-la em prisão domiciliar, nas condições a serem fixadas pelo Juízo da execução. Entretanto, após a afetação do presente recurso especial, obteve progressão de regime para o aberto e, atualmente,

Superior Tribunal de Justiça

cumpra pena em prisão domiciliar na qual deve permanecer nos domingos (com permissão para comparecimento a eventual culto religioso matutino) e feriados, assim como nos dias úteis no horário compreendido entre as 19 horas até as 6 horas do dia seguinte, além de cumprir outras restrições.

8. *Recurso especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais provido, em parte, apenas para determinar ao Juízo da Execução que examine a possibilidade e conveniência de, no caso concreto e observadas as características subjetivas do réu, bem como seu comportamento ao longo do cumprimento da pena, além de todos os requisitos legais, converter o restante da pena a ser cumprida pelo executado, no regime aberto, em pena restritiva de direitos ou estudo, em atenção ao entendimento exarado no RE 641.320/RS." (REsp 1.710.674/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 03/09/2018.)*

Assim, observo que o acórdão combatido está em consonância com os parâmetros estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça, pois consignou, expressamente, que o Juízo das Execuções Penais deve, "*caso necessário, deferir a saída antecipada a outro apenado em melhores condições*" (ibidem).

Cito os seguintes julgados, proferidos em casos análogos ao presente writ:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME SEMIABERTO. SAÍDA ANTECIPADA. PRISÃO DOMICILIAR. ALEGADA AUSÊNCIA DE VAGAS EM LOCAL ADEQUADO. NÃO CABIMENTO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS ORIENTAÇÕES DA SÚMULA VINCULANTE N. 56/STF, DO RE N. 641.320/STF E DO RESP N. 1.710.674/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Nos termos do artigo 159, inciso IV, do RISTJ, não se admite sustentação oral no julgamento do agravo regimental, razão pela qual se afigura improcedente o pleito de intimação da Defesa para a respectiva sessão. Precedentes.

II - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão impugnada por seus próprios fundamentos.

III - A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp n. 1.710.674/MG, no rito dos recursos repetitivos (Tema 993), Relator o insigne Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, assentou a tese de que 'A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional

Superior Tribunal de Justiça

determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto.' **IV - Verifica-se, no presente caso, que a orientação referente à saída de outro sentenciado, para abertura de vaga, não foi observada pelo Juízo da Execução Penal, o que implica dizer que não foi atendida a orientação da Súmula Vinculante n. 56/STF e dos parâmetros fixados pelo col. Supremo Tribunal Federal no RE 641.230 e por este Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.710.674/MG.**

V - O eg. Tribunal a quo considerou, ainda, que não restou comprovado que o paciente se encontrava em local inadequado para o cumprimento da pena no regime semiaberto, pois permanecia em ala própria, separada dos detentos do regime fechado, e, ainda, gozava dos direitos inerentes ao regime intermediário, como trabalho externo e saída temporária.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 493.643/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 07/05/2019, sem grifos no original.)

"RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PORNOGRAFIA INFANTIL. CONDENAÇÃO. REGIME SEMIABERTO DIFERENCIADO. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. IMPOSSIBILIDADE. RECOLHIMENTO AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. EXPRESSA IMPOSIÇÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS TRAÇADOS NO RE 641.320/RS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Esta Corte Superior de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo n.º 1.710.674/MG, firmou a tese de que a inexistência de vaga em estabelecimento prisional adequado não autoriza a imediata liberação do apenado para a prisão domiciliar, sendo imprescindível que tal medida seja precedida de outras providências, tais como a saída antecipada de outros sentenciados no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de ingressar no regime.

2. Mostra-se inadequada a medida adotada pelo Tribunal de origem que, no próprio acórdão condenatório, deferiu ao Recorrido o cumprimento da pena mediante monitoramento eletrônico, sem que sequer o Juízo das Execuções Penais pudesse analisar no caso concreto a medida mais adequada ante a realidade carcerário da unidade federativa.

3. A simples colocação do Paciente em cumprimento de pena

Superior Tribunal de Justiça

mediante monitoramento eletrônico, nos termos do denominado 'regime semiaberto diferenciado', frustra o adequado cumprimento do regime semiaberto legalmente previsto, o qual exige o recolhimento do sentenciado à colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, nos termos do art. 35, § 2º, do Código Penal e do art. 91 da Lei de Execução Penal.

4. Recurso especial PROVIDO para determinar que o Recorrido cumpra a pena imposta no regime semiaberto regular, podendo o Juízo das Execuções Penais adotar as providências estabelecidas no RE n. 641.320/RS, caso necessário." (REsp 1.744.768/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 04/02/2019, sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora